

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

Wanderson William Alves Silva

O CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIOPOLÍTICOS DA BOLÍVIA
CONTEMPORÂNEA E SEUS ANTECEDENTES

Brasília

2019

Universidade de Brasília
Departamento de História

O CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIOPOLÍTICOS DA BOLÍVIA
CONTEMPORÂNEA E SEUS ANTECEDENTES

Brasília
2019

Wanderson William Alves Silva

O CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIOPOLÍTICOS DA BOLÍVIA
CONTEMPORÂNEA E SEUS ANTECEDENTES

Monografia submetida ao Departamento de História
do Instituto de Ciências Humanas da Universidade
de Brasília para obtenção do grau de licenciado e
bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Orientador

Universidade de Brasília

Professor Dr. David Fernando Nogueira da Silva

Universidade de Brasília

Professor Dr. Virgílio Caixeta Arraes

Universidade de Brasília

Dedico este trabalho a você que veio até ele
procurar algo.

Agradeço ao acaso, verdadeiro pai de tudo
que foi, é e será.

Ao acaso eu agradeço:

poder ter caminhado com quem eu caminhei
até agora, descanse em paz vó e tia, família
da qual sou órfão;

poder ingressar no curso de história;

poder conhecer professores que
transformaram a pedra que eu era no prisma
que agora eu sou , onde a luz branca que o
mundo lança me atravessa e se divide em
infinitas cores;

poder conhecer pessoas das mais infinitas
cores na universidade, e apesar de gostar de
rosa, preto e vermelho, também devo
agradecer ao branco, azul e amarelo, pois a
consequência do acaso que sou hoje não foi
formado apenas das cores que gosto;

poder ter concluído a graduação sem
precisar ir para o crime, motivo da prisão do
meu irmão; sem precisar recorrer às drogas,
ruína da minha progenitora; sem precisar
abandonar os estudos para trabalhar, como
meu pai.

Resumo: Em vistas de fazer minimamente jus ao uso do pensamento decolonial no trato da história, este trabalho visa contribuir para uma análise crítica de como as mentes colonizadas continuam a entender o continente sul-americano como selvagem, que precisa ser tutelado pela civilização europeia. Para tanto, tem a pretensão de analisar dialeticamente as perspectivas de uma narrativa que se diz salvadora, expostas em no periódico N° 19 do Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer, com as perspectivas de Ruber Carvalho¹ e Augusto Guzmán², historiadores bolivianos.

Palavras-chave: Bolívia. Europa. Perspectivas. Historiografia.

1 Escritor, periodista, historiador e investigador social formado em Direito na Universidade de Chuquisaca.

2 Escritor, romancista, escritor de contos, biógrafo, ensaísta, advogado, crítico literário e historiador boliviano.

Abstract: In order to do justice to the use of decolonial thinking in the treatment of history, this work aims to contribute to a critical analysis of how the colonized minds continue to understand the South American continent as savage, which must be protected by European civilization. In order to do so, it intends to analyze dialectally the perspectives of a narrative that is said to be savior, published in the journal N° 19 of the Konrad Adenauer Foundation Study Center, with the perspectives of Ruber Carvalho and Augusto Guzmán, Bolivian historians.

Keywords: Bolivia. Europe. Perspectives. Historiography.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. RETORNO DO GOVERNO CIVIL E A (IN)SATISFAÇÃO NACIONAL.....	12
3. AS DUAS PERSPECTIVAS SOBRE A VONTADE DE DEMOCRACIA.....	18
4. A REVOLUCIONÁRIA CONSEQUÊNCIA DA VONTADE POPULAR.....	29
4.1. Atualidade boliviana.....	29
5. CONCLUSÃO.....	34
5. BIBLIOGRAFIA.....	36

1. INTRODUÇÃO

Um segundo depois, tudo é passado.

DUROSELLE, Jean-Baptiste³

Marc Bloch, em *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, afirma que história é a “ciência dos homens, no tempo”⁴; Bloch é um dos consagrados nomes que contribuem para fundamentar a área de história presentes em cursos de Introdução ao Estudo da História, seria difícil ver alguém contrapor seu conceito de história, no máximo, poderiam haver quem prefere beber de outra fonte, mas sem excluir a ideia de que o conceito de Bloch também sacia a sede conceitual.

Bloch traz esse conceito com a ideia de que história é o que o homem fez no tempo, se foi o que o homem fez, é passado, em dado que qualquer coisa que tenha passado do presente, apesar da redundância, é passado. A constatação redundante acerca do conceito de Bloch se dá pela existência de conceitos como “história do tempo presente”. Tratando de Europa essa ideia pode fazer qualquer sentido quando surgiu após a Segunda Guerra Mundial como uma espécie de expansão do campo de estudo da história⁵. O que causa estranhamento é ver universidades brasileiras repudiando trabalhos importantes à compreensão do presente com argumentos de que aquela produção se confunde com jornalismo ou atribuindo-lhe o título de “história do tempo presente”, como se houvesse uma espécie de linha entre o que é mais ou menos história, onde, de um lado, tem-se história antiga sendo mais história do que, na outra ponta, a “história do tempo presente”. Claro que ela não surgiu com essa lógica valorativa, o Historiador Francês Henry Rousso⁶ explica o surgimento da História do Tempo Presente pela necessidade de recuperar o sentido do termo História Contemporânea, uma vez que etimologicamente contemporâneo significa aquilo que pertence ao nosso tempo, mas tradicionalmente, na França e em outros países, delimitamos o início da Idade Contemporânea na Revolução Francesa.

Já se passaram mais de duzentos anos e dificilmente podemos dizer que somos contemporâneos do final do Século XVIII (FÁVERO, 2009). O estranhamento com o conceito se dá porque, em se tratando do estudo de história no Brasil, há uma métrica diferente do que a

3 DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais**. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de Sequeira Magalhães, Brasília: Edunb. 2000.

4 BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

5 FERREIRA, Marieta de Moraes; Delgado, LUCILIA De Almeida Neves. **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

6 Rousso, Henry. **A história do Tempo Presente, vinte anos depois**. Bauru: EDUSC. 2007.

métrica usada para o estudo de história no velho mundo. Datada justamente pelo velho mundo, a história do novo mundo começa no final Século XV, quando o continente foi “descoberto” pelos europeus, dando a entender que a história do continente se inicia quando a Europa lança luz ao continente, sendo o novo mundo um coadjuvante na história europeia.

Se comparado com a história do velho mundo que tem mais de 2000 anos, o estudo de algo que ocorreu há 10 anos atrás parece algo muito presente; no entanto, o novo mundo tem pelo menos quatro vezes menos tempo de vida histórica que o velho mundo, é uma comparação que tem como blindagem argumentativa a incapacidade do próprio continente americano de esticar sua métrica temporal. No intuito de tentar esticar essa métrica, se essa métrica tivesse de ser levada em conta, haveria de ter, por honestidade temporal e territorial, uma espécie de regra de três nos anos, onde, seguindo essa ideia, o estudo de 10 anos atrás, teria o valor de 40 anos atrás na Europa. Se comparado com a Europa, 10 anos atrás pode ser praticamente ontem, mas para um continente como o Americano 10 anos atrás teria uma validade quatro vezes maior de tempo passado do que para os europeus, são Regimes de Historicidade diferentes⁷ e devem ser tratados como tais.

Uma vez elucidada a crítica à noção do uso do tempo, há de se fazer também uma justificativa quanto ao uso da história, para tanto é importante fazer uso da tese seis do conceito de história de Walter Benjamin:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1985, p. 226)

Na impossibilidade de um uso da história “leal ao passado”, descompromissado ou sem viés, seu uso sempre será enviesado e com um motivo, se não claro, maquiado. Dado esse

7 “Regime de historicidade pode ser tanto amplo, como restrito: macro ou micro-histórico. Ele pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico (tal como Napoleão, que se encontrou entre o regime moderno, trazido pela Revolução, e o regime antigo, simbolizado pela escolha do Império e pelo casamento com Maria-Luís de Áustria), ou a de um homem comum; com ele pode-se atravessar uma grande obra (literária ou outra), tal como as *Mémoires d'outre-tombe* de Chateaubriand (onde ele se apresenta como o “nadador que mergulhou entre as duas margens do rio do tempo”); pode-se questionar a arquitetura de uma cidade, ontem e hoje, ou então comparar as grandes escansões da relação com o tempo de diferentes sociedades, próximas ou distantes. E, a cada vez, por meio da atenção muito particular dada aos momentos de crise do tempo e às suas expressões, visa-se a produzir mais inteligibilidade”, segundo HARTOG, François. **Regimes de Historicidade Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

entendimento, o que se tem nesse trabalho é que a história é uma ferramenta política com função de, analisando as peculiaridades da região, desenvolver instrumentos de possibilidades para a solução de problemas regionais, com flerte às noções decoloniais de Luciana Ballestrin em *Giro Decolonial e a América Latina*⁸, mas não propondo uma ruptura radical com a Europa como alguns autores decoloniais propõem de modo a abandonar completamente qualquer perspectiva europeia. Visa-se o uso do *backbone* teórico que Mignolo chamou de Pensamento Fronteiriço:

El pensamiento fronterizo, desde la perspectiva de la subalternidad colonial, es un pensamiento que no puede ignorar el pensamiento de la modernidad, pero que no puede tampoco subyugarse a él, aunque tal pensamiento moderno sea de izquierda o progresista. El pensamiento fronterizo es el pensamiento que afirma el espacio donde el pensamiento fue negado por el pensamiento de la modernidad, de izquierda o de derecha. (MIGNOLO, 2003, p. 52).

É evidente a perspectiva desse pensamento neste trabalho, dado que alguns dos autores citados até agora são europeus. Destarte, esse trabalho surgiu após a leitura de uma carta encontrada no periódico Nº 19 lançado pelo Centro de Estudos Fundação Konrad Adenauer⁹. Esse número do periódico tem como título *Bolívia: movimientos sociales e problemas de gobernabilidad*. Os autores dessa edição são Roberto Laserna¹⁰ e Annette Schwarzbauer¹¹. Apesar dos autores trazerem dados técnicos e observações importantes sobre o contexto social que se propõem em analisar, o viés da análise se mostrou equivocado de uma perspectiva regional. A conclusão desse período na perspectiva dos autores poderia ter fins negativos, com o avanço dos movimentos sociais que se insurgiam; mas no fim o momento que antecede o governo Evo Morales foi positiva, fato que será explorado adiante. O interesse pelo assunto surgiu após a leitura da carta direcionada aos leitores do periódico da fundação Konrad Adenauer, a carta tinha como intuito convocar estudiosos a analisar a condição de países. No caso da Bolívia, os estudiosos concluíram que o suporte internacional não contribui para o fortalecimento da democracia, ao passo que afirma que esse suporte fortalece movimentos antidemocráticos ao direcionar suporte aos movimentos sociais. Este trabalho visa expor uma perspectiva sobre o problema visto no relatório, é que toda a base analítica é eurocentrada e ainda incorre no erro de partir de um pressuposto que o povo deve se adaptar ao governo, ao invés do governo se adaptar ao povo, como ocorreu com a ascensão de Evo Morales.

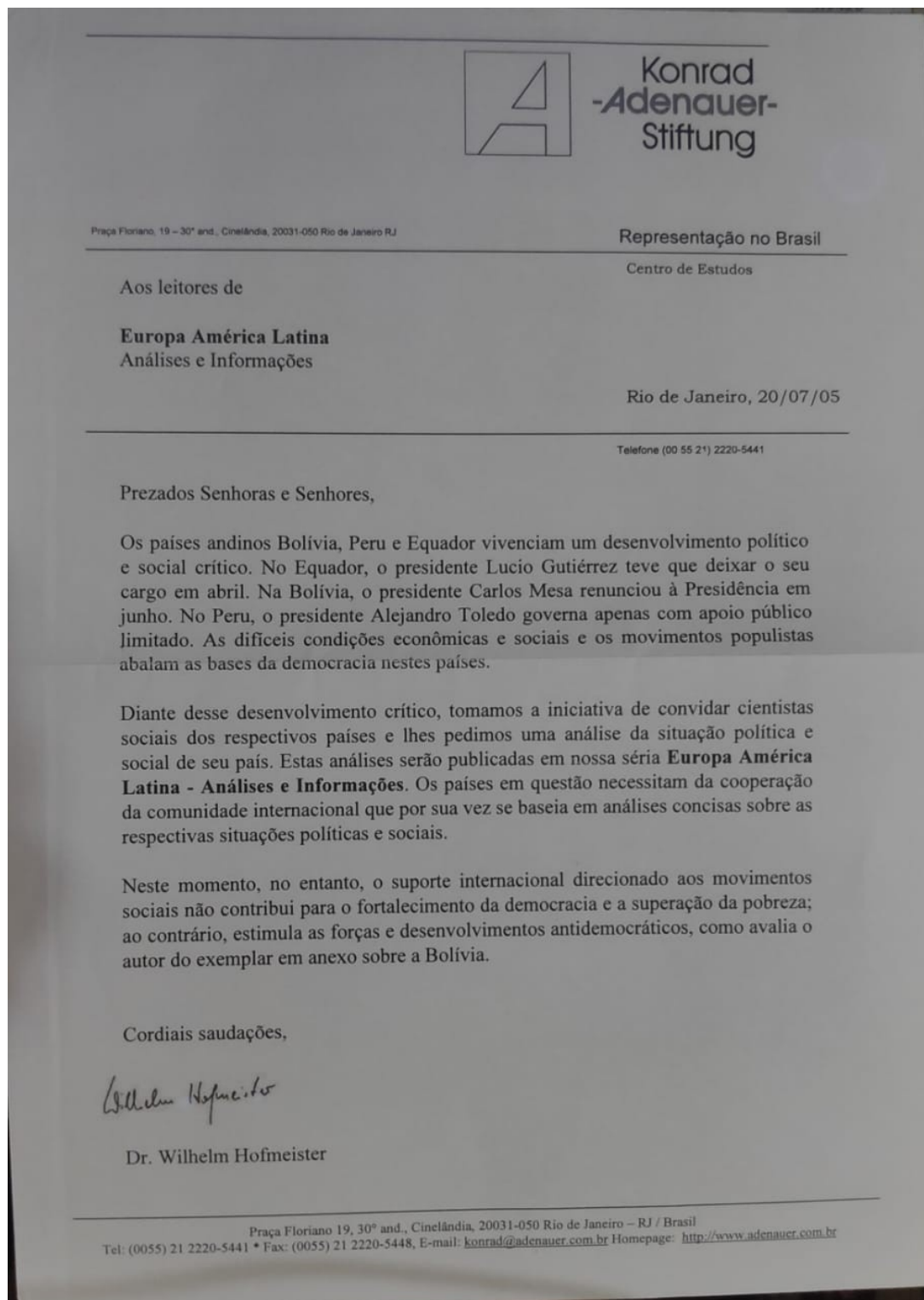
8 BALLESTRIN, Luciana. **O Giro Decolonial e a América Latina**. SÃO PAULO. 36º Encontro Anual. 2012.

9 EUROPA AMÉRICA LATINA: Análises e Informações é uma iniciativa do Centro de Estudos da fundação Konrad Adenauer que tem como objetivo principal promover e fortalecer as relações entre Europa e América Latina através de análises e informações concisas e equilibradas sobre temas de interesses atuais para relações de ambas regiões.

10 Cientista social, vinculado ao Centro de Estudos da Realidade Econômica e Social (CERES). É presidente da Fundação Milênio.

11 Trabalha no departamento América Latina da Fundação Konrad Adenauer e desde 2000 até junho de 2005 foi representante da Fundação Konrad na Bolívia.

De imediato é preciso mostrar a carta presente na revista, apesar de ser ela o motivo desse trabalho em um primeiro momento, o foco da análise, ou objeto de estudo, é o relatório de Roberto Laserna, principal suporte de apoio ao entendimento do contexto boliviano.



O objetivo do trabalho é lançar mão de uma análise da Bolívia nas perspectivas de Augusto Guzmán¹² e Ruber Carvalho¹³, no período da retomada da democracia, após o período militar, em 1982, com ênfase na década de 1994 a 2004, onde acaba sendo o recorte que Roberto Laserna analisa com maior rigor. Foi a partir dessa análise que Wilhelm Hofmeister¹⁴ fez a carta aberta aos leitores, afirmando, com base no relatório, que a Bolívia necessitava de cooperação da comunidade internacional. O desenvolvimento do texto se dará em uma dialética crítica da narrativa de Laserna no periódico com as obras de Guzmán e Carvalho; no intuito de completar lacunas na narrativa, serão usados meios de comunicação da imprensa internacional e dados de institutos e instituições de pesquisa.

Importante frisar que o problema é como a métrica europeia, refletida nas preocupações expostas na análise de Laserna, pode consequentemente gerar documentos como a carta de Wilhelm Hofmeister. Esse tipo de atitude pode acabar criando novamente aquela noção onde o “civilizado” salva o “selvagem”. Na perspectiva da carta, dá-se a entender que deve existir uma ação de cima para baixo na imposição de um sistema, sem levar em conta que um dos problemas da Bolívia pode ser justamente a organização do sistema vigente imposto aos povos originários daquela nação, para evitar maiores problemáticas nessa discussão que sozinha iria tomar inúmeras páginas sobre sistemas de governo, pode-se resumir que o tipo de democracia que se encontrava lá não era a que autodeterminava o povo, justificando a tamanha insatisfação da população. De modo que o periódico trabalha o país dando ênfase de 1994 a 2004, sendo esse o objeto de análise, no entanto, será explanado muito brevemente os governos que antecedem esse período para dar real dimensão do que ocorreu na Bolívia até a ascensão de Evo Morales. Para evitar que possam surgir méritos valorativos de subjetividade do que seria melhor ou pior para a nação ou para o povo e, visando mostrar que não é preciso exatamente romper com a lógica do mundo para haver harmonia em uma nação com uma lógica própria, serão usados os dados comuns a todas as nações para mostrar a melhoria do país; dados encontrados facilmente em relatórios do Banco Mundial como PIB, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo e expectativa de vida.

12 GUZMÁN, Augusto. **História de Bolívia**. Octava edición. Editorial: Los Amigos del Libro. 1998.

13 CARVALHO, Ruber. **Manual de Historia de Bolívia**. Ediciones Mavarú. 2005.

14 Diretor do Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer no Brasil.

2. RETORNO DO GOVERNO CIVIL E A (IN)SATISFAÇÃO NACIONAL

*“Y es que en el mundo traidor nada hay verdad ni mentira;
todo es según el color del cristal con que se mira”*

Ramón de Campoamor y Campoosorio

1982 marca o ano do retorno ao governo civil, pondo fim ao que Ruber Carvalho chama de “*periodo signado por la presencia militar en la toma de decisiones del país*”¹⁵, um período de regime militar, iniciado com o golpe ocorrido em 04 de novembro de 1964, dado pelo vice-presidente René Barrientos Ortuño¹⁶. Apesar do fim do período militar, mantinha-se encrustado no controle estatal diferentes partidos do sistema político anteriormente vigente, tanto que mais de uma vez militares vieram a assumir altos postos de governo na Bolívia no período democrático que se iniciou após 1982; outra amostra de que os militares planejam fazer uma transição dentro dos limites do que eles queriam é que o último militar do regime, Guido Vildoso Calderón, com uma presidência de três meses, tinha praticamente a missão de entregar o poder constitucional, ao candidato eleito em 1980, aos moldes que o antigo regime achava adequado, segundo seu discurso de posse:

*Ciudadanos de mi patria, asumo la presidencia de la república, por mandato de las fuerzas armadas de la nación, en momentos críticos de la historia de Bolivia. La etapa que comenzamos, corte en tiempo pero entente para lograr los objetivos nacionales, como respuesta a la inquietud ciudadana, de buscar los caminos de una verdad democracia plena de derechos y libertades no se presenta fácil, pero en cada una no es difícil si se tiene como mística de trabajo la entrega, la cuenta y la férrea voluntad de lograr objetivos que posibilitan los mejores días para el país.*¹⁷

Há algumas semelhanças no fim das ditaduras da Bolívia e do Brasil. A Operação Condor criou uma sincronia na onda de ditaduras que ocorreu no Cone Sul nesse período¹⁸, não é de se estranhar que seus fins também tivessem semelhanças; dentre as quais, além de “redemocratização” assistida pelos militares, que já acumulavam desgastes no governo por causa corrupção e decisões

15 RUBER, Carvalho. *Manual de Historia de Bolivia*. Ediciones Mavarú, 2005. p. 193.

16 LAZO, Alejo Veliz. *Primera Dictadura Militar: Bolivia 51 años después*. In: *LA PATRIA*, 4 de noviembre de 2015.

17 Zona Documental Bolivia Siglo XX 1982 EL REGRESO DE LA DEMOCRACIA (1/3). 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3ggqHkf90QA>>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

18 OLIVEIRA, Raísa Gomes De. *Operação Condor: O Terrorismo de Estado no Cone Sul e o Papel Hegemônico dos Estados Unidos*. 2013. Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ricri/article/download/17742/10137>

econômicas equivocadas, acabaram por gerar também inflações que geraram descontentamento popular. A Bolívia, assim como o Brasil, também sofria altos índices inflacionários, fato que gerava grave perturbação da ordem social e que viria a ser o principal desafio de Hernán Siles Zuazo, vencedor das eleições de 1980, que assumia em 10 de outubro de 1982, primeiro presidente após o período militar.

*En homenaje a los trabajadores del campo, de las minas y las ciudades; que con su esfuerzo, con su dignidad y con su trayectoria heroica impusieron el avance del pueblo hace el poder que le corresponde, por ser el pueblo, donde radica la soberanía y es titular de todos derechos que hacen destino. Y es este pueblo el que han realizado lasaña sin par de la transición pacífica de dictadura hacia la democracia es posible que por el gran esfuerzo democrático y pacífico, En de los próximos 100 días la situación económica empezará a hacer aliviada. Vamos a contruir una democracia que sea viable para que nunca más vuelvan los gobiernos de bajos, para que nunca más la presencia de las almas vida.*¹⁹

Nesse discurso de posse ele acabou por assumir um compromisso que viria a lhe custar caro: a promessa dos cem dias para solução da crise econômica. Essa promessa acabou criando uma expectativa de solução rápida ao problema da inflação, o que não se concretizou, acabou, na verdade, se revelando um verdadeiro fracasso. Carvalho acrescenta que o decreto de desdolarização da economia liquidou a classe média e milhares de pequenos poupadores, produziu a falência de empresas de médio porte e o enriquecimento das grandes empresas. A comissão de câmbio, criada para controlar a venda de moeda estrangeira, era o principal foco de escândalos e negociatas, agravando ainda mais o cenário de descrença no governo. Da mesma forma, medidas como a criação de uma empresa nacional de transporte público acabaram em um verdadeiro covil de corrupção e furto²⁰.

A hiperinflação, que ainda era o problema, se agravou de tal maneira que acabou se tornando a maior do continente sul-americano. A gravidade do problema era de tal ordem que, de agosto de 1982 a agosto de 1985, a hiperinflação teve um crescimento astronômico; a taxa de câmbio subiu de \$b. 175 x dólar para \$b. 1055000 x dólar. No continente, só a Venezuela em 2018 veio a superar tais índices hiperinflacionários.

O descontentamento foi tanto que provocou um revolta social. Houve pressão política tanto da direita, com Movimento Nacionalista Revolucionario (MNR) e Acción Democrática Nacionalista (ADN), quanto da esquerda, com Central Obrera Bolívia (COB), liderada por Juan Lechín Oquendo. Ao mesmo tempo os desacordos nos partidos da coalizão governista, principalmente com o partido do vice-presidente Paz Zamora, fez com que Silas Zuazo, de reconhecida vocação

19 Zona Documental Bolivia Siglo XX 1982 EL REGRESO DE LA DEMOCRACIA. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VJvVURBYZvQ>>. Acesso em: 12 de outubro de 2018.

20 RUBER, Carvalho. **Manual de Historia de Bolivia**. Ediciones Mavarú, 2005.

democrática, não tivesse escolha que não fosse aceitar o encurtamento do seu mandato constitucional pela insustentabilidade do governo que finalmente desmoronou, com Víctor Paz Estenssoro assumindo.

Em 1985, Paz Estenssoro, em seu quarto mandato, assumiu a presidência da Bolívia em um contexto mundial situado no fim da Guerra Fria, no qual as disputas entre liberalismo e comunismo eram uma chaga latente em projetos governamentais. Diante disso, Estenssoro resolveu ingressar com uma política neoliberal. Com o começo de uma nova experiência democrática, o país já se encontrava em apuros com a hiperinflação deixada por Siles Zuazo. O novo governo não tinha muitas saídas que não fosse colocar ordem na economia e como principal medida instituiu o Decreto 21060²¹, que consistiu na aplicação de um projeto de choque econômico, político e psicológico no sistema produtivo, atrelado a uma parada definitiva para a inflação desordenada. Segundo Carvalho:

La aplicación del plan trajo como consecuencia inmediata el cierre de las minas deficitarias y más de 30.000 trabajos mineros cesantes, que con sus magros desahucios emigraron, unos a las ciudades a engordar los cinturones de desocupados, y los otros a la región del Chapare a sembrar coca y dedicarse directa o indirectamente al narcotráfico, el único negocio rentable para ellos. (CARVALHO. 2005. p. 195)

O que mais causou transtorno na nação foi que o decreto praticamente acaba com a moeda nacional, usando o dólar para substituir. Aparentemente não havia outra solução, com isso a inflação acabou por se estabilizar. As maiores consequências obviamente vieram depois, ainda mais com medida que foi tomada de cima para baixo com viés altamente antidemocrático. Esse desalinhamento com parte da população já era latente antes da promulgação do novo modelo econômico, a reação dos setores populares liderados pelo COB foi sentida, criando um clima de agitação e resistência que finalmente eclodiu em marchas de protesto, greve geral indefinida, bloqueios e greves de fome em massa. O governo, após apenas 42 dias de sua posse e 19 dias do Decreto 21060, foi obrigado a decretar o estado de sítio em todo o território nacional, em 18 de setembro de 1985. Despachando ao confinamento a 143 dirigentes sindicais e trabalhadores básicos, de acordo com o relatório oficial, segundo Carvalho²².

O militar e político Hugo Banzer Suárez, perdedor das eleições de 1985, idealizou o *Pacto por la Democracia* como uma chave para garantir a estabilidade política e, conseqüentemente, social, na nação. Graças a esse pacto, apesar das resistências sociais, foi garantida a prática da nova

21 Disponível em: <<https://www.riosmauricio.com/wp-content/uploads/2012/11/Decreto-21060-del-29-de-agosto-de-1985.pdf>>

22 GUZMÁN, Augusto. *História de Bolívia*. Octava edición. Editorial: Los Amigos del Libro. 1998. p. 459.

política econômica e, fundamentalmente, a estabilidade do regime democrático, contra os embates que colocavam em risco o *status quo*, garantindo assim as eleições de maio de 1989.

Em 1989, no meio a uma agitação social, já na votação por causa das eleições, no final de maio, surgiam acusações cada vez mais frequentes contra membros da Corte Nacional Eleitoral. Vários partidos processaram perante o mesmo tribunal em primeiro momento e, em seguida, para o Supremo Tribunal de Justiça, a nulidade das eleições por irregularidades. Depois de todo um alvoroço e de um esforço para que o resultado fosse aceito por partes de alguns políticos, como o militar Hugo Banzer Suárez, Jaime Paz Zamora foi o vencedor das eleições²³.

Junto aos partidos que acompanharam Paz Zamora na campanha, instalou-se um acordo de governo entre o MIR (*Movimiento Nacionalista Revolucionario*) e a ADN (*Acción Democrática Nacionalista*), formando o que foi chamado de *Acuerdo Patriótico*. Apesar das divergências ideológicas entre as coligações, ambos convergiram em uma reunião que o interesse nacional deve estar acima de qualquer postura partidária²⁴, o pacto servia para garantir a continuidade da política anterior, fazendo a manutenção dos investimentos recebidos de fundos internacionais como FMI e Banco Mundial²⁵, essa estabilidade de investimento era garantida pela manutenção do Decreto 21060, aprovado pelo FMI, que condicionou os investimentos à aplicação do decreto. Segundo Guzmán, o instrumento político para administrar esse acordo é um conselho nacional com 14 membros, sete de cada partido, fundado em 24 de agosto de 1989, com presidência do Hugo Banzer, ADN. O acordo sofreu críticas, considerados alianças promíscuas, uma vez que era a junção de contradições históricas; vide o do panfleto que saiu em El País, na edição de 21 de abril de 1990:

La luna de miel de los partidos

Para los militantes convencidos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y de la Acción Democrática Nacionalista (ADN), el acuerdo patriótico resulta un sapo difícil de digerir, pero al menos por ahora no salen a flote críticas excesivas ni se avizoran escusiones.

En conversaciones privadas, personas destacadas del MIR comentan que "no queda más remedio que aceptar a Bánzer como futuro candidato presidencial. Eso va incluido en el acuerdo". También piensan que la fusión MIR-ADN sería algo que las bases no aceptarían "no olvides que muchos fueron torturados durante le dictadura de Banzer".

El alcalde de La Paz, Mac Lean (ADN), de 41 años, es sin duda una de las figuras más llamativas de la política boliviana. Como el artífice del plan económico del anterior Gobierno, Gonzalo, Goni, Sánchez de Lozada, Mac Lean procede del mundo de la empresa. Explica Mac Lean que forman una hornada de políticos nuevos, con éxito empresarial, que se lanzaron a la arena para aplicar una nueva política que sacase a Bolivia del desatre del primer Gobierno de transición a la democracia, el de Hernán Siles Zuazo, entre 1982 y 1985, que llevó la inflación a una cifra proyectada de casi el 25.000%. La normalización económica del país forma parte de su éxito político.

23 *Idem*, p. 480.

24 PRIMEIRO LOS BOLIVIANOS, PLAN BANZER. 1993 – 1997, p. 4.

25 Disponível em: <https://elpais.com/diario/1990/04/21/internacional/640648804_850215.html>

Apesar dessas críticas, para Guzmán, Paz Zamora declarou que *La Concertación* colocou fim na era dos partidos hegemônicos e se constituiu um exemplo de maturidade para consolidação da democracia - a sociologia do conselho de *La Concertación* apresentam diferentes ideologias com alianças políticas de praticamente todas as partes. A impressão é que o conselho pretendia se converter paulatinamente em fusão política de forças governamentais para encarar o futuro como uma só entidade de direito público. De certo modo trabalhar em nome da nação e não em nome de siglas partidárias tem realmente uma conotação de amadurecimento democrático, o que teve em alguma medida êxito. Os números que antes eram problemas, passaram a melhorar, com a inflação estável passando de 16,6% para 9,3% de 1989 a 1993²⁶; e o investimento nacional sendo gerado, garantindo o crescimento do PIB no ritmo de 3,8% em 1989, 4,6% em 1990, 5,3% em 1991, 1,6% em 1992, 4,3% em 1993 e 4,7% em 1994²⁷.

Após um tempo começaram a perceber que as linhas básicas do Decreto 21060 eram uma espécie de remédio para o país que melhorava a saúde dos investidores e, apesar de a melhoria do PIB e da inflação, a desigualdade aumentou. O índice de Gini passou de 42.04 em 1990 para 53.55 em 1993²⁸, esse condição se refletiu em insatisfação social no governo de Paz Zamora. De acordo com Guzmán, no fim de outubro de 1989 uma manifestação do magistério com apoio da COB ocorreu com a exigência de um abono de b\$ 300,00 (trezentos bolivianos) para cada professor com aumento salarial de pelo menos 20% a partir de 1990. Piquetes de dirigentes em várias capitais por duas semanas foram o suficiente como simples simulação de uma atitude radical que produziu inúmeras baixas médicas com aumento de extremismo e perigo de morte. O governo tentava contornar oferecendo melhores salários para 1990, mas declarou a impossibilidade de dar o abono, pois podia aumentar a inflação do país. Mas as manifestações continuaram, se intensificando, incluindo a colocação de explosivos e outras ações contra a ordem pública. O governo decretou um estado de sítio que durou 90 dias, foi moderadamente passando de um estado repressivo a um estado de tolerância preventiva²⁹.

O governo do *Acuerdo Patriótico* tinha como formula de Paz Zamora uma lógica tecnicista, com os militares se comprometendo a respeitar o Estado de Direito. A aliança com a centro-direita, ADN, recebeu os ministérios da Economia, das Relações Internacionais e da Educação. Já a complexa tarefa de afrontar as exigências da COB ficou com FRI (*Frente*

26 Instituto Nacional de Estadística de Bolivia (INE) disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/bolivia/inflation-cpi>>

27 Banco Mundial. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/bolivia>>

28 Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/es/datos/bolivia/%C3%ADndice-de-gini>>

29 Disponível em: <https://elpais.com/diario/1989/11/16/internacional/627174015_850215.html>

Revolucionario de Izquierda), que tinha como responsabilidade os ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento do Trabalho. MIR ficou com ministério do Planejamento e do Interior. Em meados de 1992, já no fim do governo, Jaime Paz intensificou as privatizações e, para Guzmán, não prejudicou grandes empresas, mas sim pequenas entidades pertencentes às Corporaciones Regionales de Desarrollo.

A breve explanação sobre os governos que se passaram até o momento foi necessária para que se tenha uma noção da situação em que a Bolívia se encontrava, onde os governos não conseguiam se alinhar com os interesses da população e nem a população conseguia se ver representada nas atitudes dos governantes. O Decreto 21060 teve o condão de amarrar a Bolívia na direção das privatizações e essa ação vinha sistematicamente deixando a população cada vez menos assistida pelo Estado. Os partidos políticos mais de uma vez se alinharam para tentar garantir, mesmo que não os seus interesses em específicos enquanto siglas partidária, pelo menos um Estado onde eles ainda eram as elites que tinham a oportunidade de dar as cartas. Qualquer desentendimento dentre os partidos, somado às insatisfações populares, poderia acabar rompendo o *establishment*, o que aparentemente não era interessante para a classe política. É difícil entender de outro modo essas uniões que se deram na Bolívia, uniões que ocorreram até entre partidos que foram perseguidos no período militar com partidos que os perseguiram. A manutenção do sistema que eles presavam, também garantia a manutenção das políticas econômicas estabelecidas. As privatizações e o tipo de Estado presente na Bolívia naquele momento estavam embricados um ao outro. O que se pode perceber sobre a insatisfação presente nas manifestações até então é que parte da população não estava disposta a aceitar as coisas como estavam.

3. AS DUAS PERSPECTIVAS SOBRE A VONTADE DE DEMOCRACIA

A cabeça pensa onde os pés pisam.

Frei Beto

Quem assume a presidência após Paz Zamora é Gonzalo Sánchez de Lozada Bustamante, MNR, com 585.837 votos (33,83%) e com o levantamento do seu governo entra em cena também a perspectiva do periódico EUROPA AMÉRICA LATINA, pois é exatamente no governo de Sánchez de Lozada que Roberto Laserna começa a analisar a Bolívia. Já no começo do artigo, Laserna se propõe a lançar mão de uma pequena parte da produção de Alain Touraine³⁰ sobre movimentos sociais, discutindo um conceito que Touraine chama de “antimovimentos”, esses se diferenciam dos movimentos sociais pois costumam prejudicar quem dizem defender, podendo também serem chamados de consumidores da sociedade³¹. Continuando, Laserna afirma que a chave para análise desses movimentos é distanciar-se do seu discurso e se apegar à sua prática. Nesse momento ele está fazendo alusão às manifestações de 2005, período que se propõe a diagnosticar, quando Carlos Mesa, que era vice-presidente do segundo mandato de Sánchez de Lozada, assumiu a presidência do Estado; pouco tempo antes de convulsão social levar Evo Morales à presidência. Embora não diretamente, ele acaba acusando Evo Morales, que fazia oposição ao governo junto aos movimentos sociais, de ser populista³² e encabeçar antimovimentos. As consequências da presidência que emergiu das manifestações serão explanadas mais adiante. Para seguir a cronologia dos fatos, será trabalhado o artigo do Laserna chamado: *Conflictos sociales e democracia na Bolívia, Perspectiva de médio prazo (1994-2004)*.

No começo do artigo o autor deixa claro que apresentará uma descrição de caráter quantitativo sobre as dinâmicas dos conflitos sociais que afetam o desenvolvimento da democracia na Bolívia, deixa claro também que uma análise quantitativa tem vantagens e desvantagens, que é, sem dúvida, limitada, porque cada evento tem o mesmo valor estatístico; mas afirma que ao mesmo

30 Sociólogo francês conhecido por sua obra dedicada à sociologia do trabalho e dos movimentos sociais.

31 LASERNA, Roberto; SCHWARZBAUER, Annette. **EUROPA AMÉRICA LATINA: Análises e Informações, Nº 19. Bolívia: movimentos sociais e problemas de governabilidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2005.

32 Embora haja uma discussão sobre esse conceito, a acepção usada aqui é a de Fernando Teixeira da Silva e Hélio Costa (2001, p. 224-225), onde ele trabalha a conceituação de populismo a partir da perspectiva de Thompson, afirmando “Certamente, são flagrantes as diferenças entre as peculiaridades da sociedade inglesa dos setecentos e as condições históricas do populismo brasileiro. Porém, alguns princípios gerais da noção de hegemonia utilizada por Thompson permitem perceber como os trabalhadores retiravam da ideologia formal do “modelo paternalista” os recursos necessários às suas demandas e lutas, utilizando-o como algo que pertencia ao seu patrimônio adquirido”. No entanto, Laserna usa o conceito no sentido clássico de populismo, uma vez que afirmam serem “(anti)movimentos que consomem democracia”.

tempo tem a vantagem de oferecer uma visão ampla e de conjuntura³³. Há por certo inúmeras outras limitações em uma análise quantitativa como não saber quais são as demandas e os setores de interesses dentro do conflito, mas não há aqui de se ficar fazendo paralelo sobre limitações analíticas.

Augusto Guzmán afirma que Sánchez de Lozada assume em aliança com UCS (*Unidad Cívica Solidaridad*) e MBL (*Movimiento Bolivia Libre*) que permitiu uma cômoda maioria no Senado, neutralizando a oposição, garantindo aplicar suas políticas em temas cruciais sem depender de acordo com seus adversários. Rapidamente deu amostra de seu talento reformista com o programa eleitoral denominado Plano de Todos, diminuiu de 17 para 12 o número de ministérios, com uma divisão por eixos temáticos, a fim de instalar uma moderna concepção de desenvolvimento humano e sustentável com enfoque multidisciplinar; o que se reflete no exemplo da afirmação do que Ruber Carvalho chama de “superministério do desenvolvimento”, que agrupou as pastas de Saúde, Educação, Cultura, Assuntos Indígenas, de Gênero, Esporte e Participação Popular³⁴. Ele também criou pela primeira vez na Bolívia um Ministério da Justiça.

Como parte de sua estratégia de modernização³⁵ do país, um conjunto de leis eram primordiais, leis essas que modificavam profundamente a estrutura socioeconômica e cultural da Bolívia; mas devido polêmicas que geraram, havia-se por conveniente tratá-las separadas. Vejamos as leis a seguir, já que elas são a semente do que foram o motivo de ainda mais insatisfações populares.

*Lei de Capitalização (Nº 1.544, 21/3/1994)*³⁶, complemento da Lei 1.600 de 28/10/1994 que cria o Sistema de Regulamentação Setorial (SIRESE); depois das crises do modelo estadista estabelecidos em 1952, havia levantado, desde 1985, a necessidade dos governos de reduzir as funções de regulamentação econômica pelo Estado, assim como eliminar seu papel de proprietário e de produtor, argumenta Guzmán. No governo do *Acuerdo Patriótico*, de Paz Zamora, haviam se

33 LASERNA, Roberto; SCHWARZBAUER, Annette. **EUROPA AMÉRICA LATINA: Análises e Informações, Nº 19. Bolívia: movimentos sociais e problemas de governabilidade.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2005. p 27.

34 RUBER, Carvalho. **Manual de Historia de Bolivia.** Ediciones Mavarú, 2005. p. 199.

35 Entende-se por Modernização aquele conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos. Praticamente, a data do início do processo de Modernização poderia ser colocada na Revolução Francesa de 1789 e na quase contemporânea Revolução Industrial inglesa que provocaram uma série de mudanças de grande alcance, nomeadamente na esfera política e econômica, mudanças que estão intimamente inter-relacionadas. Naturalmente, o fermento dessas duas grandes transformações há de ser buscado nas condições e processos que vinham se desenvolvendo havia algumas décadas e que culminaram nas duas revoluções. Estes processos de transformações profundas e frequentemente rápidas tiveram repercussões imediatas no sistema internacional e foram exportadas pelos europeus para toda a parte, mesmo que só vingassem lenta e parcialmente. É essa a razão porque o processo global foi designado com o nome de europeização, ocidentalização ou, enfim, com termo mais abrangente e menos etnocêntrico de Modernização.

36 Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-1544.html>>

tomado algumas medidas no sentido de privatizar algumas pequenas entidades. O modelo de capitalização se propunha a agir, por outro lado, de maneira distinta; visava transformar as empresas estatais em sociedades de economia mista, para logo convertê-las em sociedade anônimas, cada empresa seria vendida 50% aos acionário estratégicos e 50% em poder dos bolivianos.

*Lei de Participação Popular (Nº 1.551, 20/04/1994)*³⁷, a Bolívia havia se caracterizado por um processo de excessiva centralização de administração de recursos fiscais, em 1985 instituiu o imposto de valor agregado (*Impuesto al Valor Agregado – IVA*) e um novo modelo fiscal que favorecia notadamente as capitais de departamento que tinham registradas numerosas empresas e sociedades. Por esse critério quase nenhum recurso chegava às zonas rurais, exatamente onde habitavam os mais pobres; aumentando as taxas de mortalidade e analfabetismo, além de incitar a imigração das cidades, segundo Guzmán. Essa Lei buscava reverter essa realidade, dirigindo os recursos fiscais em função da população de cada um dos 311 municípios que dividem o país.

*Lei da Reforma Educacional (Nº 1.565, 7/7/1994)*³⁸, até 1994 estava vigente o código educacional boliviano sancionado em 1955, ao calor da Revolução de 1952³⁹. Em quase quatro décadas a educação vem progressivamente se deteriorando pela mescla de um pobre investimento econômico, da ausência de progressivas modernizações dos programas educativos e de um desconhecimento virtual da realidade multilinguística. A reforma começou por uma equipe de técnicos no governo Zamora, mas não chegou a se concretizar. A reforma tinha como eixos elevar a qualidade do ensino, fortalecer o ensino de idiomas nativos, capacitar os professores, introduzir sistemas meritocráticos e diminuir o peso sindical na escolha de autoridades educativas. Para Guzmán talvez esses dois últimos pontos tenham sido os responsáveis por uma forte resistência dos setores radicais do magistério.

*Reformas Constitucionais (Lei Nº 1.585. 12/8/1994)*⁴⁰, fruto de acordos de chefes políticos em 1992, introduziram em 1994 várias emendas constitucionais, dentre elas destacam-se:

- a) reconhecimento da Bolívia, pela primeira vez em sua história, como país multicultural e multiétnico;
- b) redução da idade para votar a 18 anos;
- c) ampliação do mandato presidencial de quatro para cinco anos;

37 Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-1551.html>>

38 Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-1565.html>>

39 ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **Da Guerra do Chaco à Revolução Boliviana de 1952**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/365600/mod_resource/content/2/As%20ra%C3%ADzes%20da%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20de%201952%20na%20Bol%C3%ADvia.pdf>

40 Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-CPE-19940812.xhtml>>

d) estabelecimento de um conselho de justiça e de um tribunal constitucional.

O sistema entrou em prática nas Eleições Gerais de 1997.

*Lei de descentralização Administrativa (Lei N° 1.654. 28/7/1995)*⁴¹, com propósito de corrigir o excessivo centralismo que retardavam os trâmites judiciais, fiscais e administrativos, Sánches de Lozada implantou uma política de descentralização com uma série de normas sobre composição e distribuição dos poderes de decisão delegados pelo governo central, especialmente por meio de prefeituras. Para fiscalizar o trabalho das prefeituras se criou o conselho departamental, como órgão consultivo, controle e fiscalização de seus atos administrativos.

*Lei da previdência (Lei N° 1732. 29/11/1996)*⁴², em substituição do antigo regime de seguridade social, baseado no princípio da solidariedade intergeracional que havia colapsado pela sua má administração e o crescimento do setor passivo, beneficiários. A Lei 1.732 introduziu a modalidade de poupança em cotas individuais administrada por empresas privadas, as chamadas AFPs (Administradores de Fundos de Pensões). Se buscou aumentar a cobertura da seguridade social, incorporando o trabalhador do setor informal e campesinato, que não participavam anteriormente do sistema destinado aos assalariados. Também aumentou o tempo de vida para aposentadoria de 50 para 55 anos para as mulheres e de 55 para 60 para homens.

Sobre essas reformas Laserna afirma em um primeiro instante:

Essas reformas modificaram o quadro institucional dos serviços públicos de saúde e educação que são, ademais, os que maior quantidade de emprego público geram. Isso, sem dúvida, teve repercussões no comportamento coletivo do magistério e dos trabalhadores da saúde. (Laserna, 2005, p. 28.)

As reformas estruturais levaram maior atenção de Sánchez de Lozada, o qual se preocupou menos com a conjuntura econômica. Suas reformas não tinham efeito de curto prazo, de modo que a dinâmica econômica continuou guiada pelas mesmas determinantes do sistema neoliberal. Seu comportamento seguiu o mesmo das dinâmicas presidenciais anteriores, a taxa de crescimento do PIB diminuiu em relação ao crescimento anterior. De acordo com Banco Mundial, em 1994 chegou a 4,62%, caindo para 3,80% em 1995 e 3,94% em 1996. Enquanto a taxa de inflação uma ligeira recuperação passando dois dígitos com 12,6% e baixou novamente para 8% em 1996⁴³.

41 Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-1654.html>>

42 Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-1732.html>>

43 Instituto Nacional de Estadística de Bolivia (INE) disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/bolivia/inflation-cpi>>

O comércio exterior, que aumentou entre os países vizinhos, principalmente Brasil e Chile, chegou a um déficit permanente na balança comercial, ocasionado pelas importações que alcançaram um monte maior que as importações⁴⁴. Em 1993 o déficit em conta acumulava 409,2 milhões de dólares, 197 em 1994, 325 em 1995 e 395,4 em 1996. Na mesma medida as exportações subiram de 808,9 milhões em 1993 para 1295,3 milhões em 1996, para chegar a 1265,6 em 1997, mesmo assim não foi o suficiente para cobrir a brecha. O maior crescimento das exportações se registrou em itens tradicionais como madeira, ouro e principalmente soja; de 1991 a 1997, de 67,3 milhões a 242,5 milhões de dólares⁴⁵.

Mesmo com a estabilidade monetária e a expansão da economia, o país continuava a apresentar um alto quadro de pobreza em comparação no continente e, inclusive, do mundo. Essa pobreza é consequência de indicadores como salários, expectativa de vida ao nascer e avanços educacionais. De acordo com esses indicadores, em 1994 a Bolívia ocupava o lugar 113 de país mais pobre do mundo, de 173, de acordo com um estudo realizado pelas Nações Unidas, como apontam dados do Banco Mundial⁴⁶.

Neste instante, Laserna procura fazer uma espécie de levantamento da redemocratização até o ano de 1997:

Se a década pudesse ser sintetizada, duas fases deveriam ser consideradas separadamente. A que vai até 1997, de alta iniciativa política e pouca conflitividade, e a posterior, que ainda vivemos, na qual as ações conflitivas aumentaram em retroalimentação com o correspondente enfraquecimento do Estado, principal alvo das mobilizações. A ação dos grupos de trabalhadores dependentes do Estado parece ter uma influência motriz ou de estímulo sobre o conjunto, enfraquecendo o Estado ao mesmo tempo em que busca tirar proveito desse enfraquecimento. (LASERNA, 2005, p. 39.)

Aqui é preciso lembrar as palavras do discurso de posse de Hernán Siles Zuazo, que fazem jus ao que se deve entender por autodeterminação dos povos, na passagem em que ele diz “*pueblo hace el poder que le corresponde, por ser el pueblo, donde radica la soberanía y es titular de todos derechos que hacen destino*”. Laserna, ao elucidar essa passagem, dá a entender que o Estado se baseia em uma administração posta de cima para baixo, limitando o conceito à noção institucional, quando na verdade o conceito vai adiante. O mais interessante é que ele coloca os servidores públicos como dependentes do Estado, como se o Estado fosse qualquer noção abstrata sobrenatural com vida própria, o que não poderia ser. Os servidores públicos são, em sua essência, parte do

44 Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/bol/>>

45 Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/bol/>>

46 Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/bolivia>>

Estado, sendo sua insatisfação a insatisfação Estatal, completando essa noção, não haveria Estado sem povo, então os atores ativos dos conflitos contras as instituições são, em verdade, parte do próprio Estado se revoltando. Poder-se-ia aqui dizer que seria uma espécie de doença autoimune na nação, onde parte dela se revoltava contra ela mesma, mas na verdade o que se tinha eram sintomas de um Estado que se encontrava doente em sua lógica estabelecida. Mais do que isso, são sintomas que mostravam o desconforto das células estatais com o caminho que a nação tomava, que é o caminho constante da privatização dos recursos naturais do país, é a febre que ataca o corpo pelas suas mazelas. Laserna milita pelo grupo que tenta destruir pilares da cultura boliviana, como a produção de coca. Parece apenas um deslize de Laserna o uso do termo Estado, mas em várias partes do seu texto ele usa com distinção os termos instituições, sistema político e Estado, vide ao comentar sobre o Governo de Bánzer:

Por isso, apesar de contar com uma enorme maioria eleitoral, o governo do general Bánzer se viu paulatinamente acuado por mobilizações sociais que foram debilitando o sistema institucional (LASERNA, 2005. p. 29.)

Em outro instante

Na intenção de gestão do general Bánzer foi debilitando a institucionalidade e o princípio de autoridade e ampliando, com isso, os espaços da pressão direta, o que está evidenciado no crescimento do número de eventos conflitivos desde então. Os governos seguintes não puderam reverter essa tendência que chegou a pôr fim à segunda presidência de Gonzalo Sánchez de Lozada e acossou continuamente a de Carlos Mesa. (LASERNA, 2005. p. 32.)

Laserna certamente tem uma distinção clara do que seriam os conceitos que usa no decorrer de sua análise, ao usar esse termo para definir as coisas, ele aparenta estar, realmente, insinuando que há uma espécie única do que é Estado; sendo essa noção dele que está em questão. Dessa maneira entende que a insatisfação popular está colocando em perigo a organização estatal, não que o modo do qual a organização estatal está disposta que está colocando risco à população. Laserna demonstra sofisticação não só no domínio dos conceitos, mas também na delimitação de objetos com uso de gráficos e dados quantitativos, não é ao acaso que ele usa o termo instituições ou Estado. Então, pode até ser que expresse inconscientemente pressupostos desse tipo, mas a questão aqui não é se faz voluntaria ou involuntariamente, mas sim as consequências desses valores para construção da percepção de contextos. Quer dizer, não foi exatamente com a percepção de que iria fazer barbáries que a Europa as fez, foi justamente na ideia de livrar os povos da barbárie. Levando aos selvagens a civilização que desdobraram-se inúmeras chagas na história da humanidade, aos moldes que Joseph Conrad expõe em *Coração das Trevas*.

Hugo Banzer assumiu a presidência em 1997 e, segundo Ruber Carvalho, ele assume a presidência pela via eleitoral depois de quatro tentativas, com baixo percentual de votos, não chegando nem a 23% do eleitorado. Assumiu com uma proposta de diálogo e, como mostra Guzmán, para obter uma quantidade parlamentar que permita seu governo pelos cinco anos, Hugo Banzer fez várias alianças no parlamento, aliança denominada *Megacoalición* (ADN, MIR, UCS e CONDEPA, além de outras forças menores). Nos seus primeiros passos voltou-se para reformas do executivo, aumentou de 12 para 14 o número de ministérios, não mostrando exatamente cisão com o projeto anterior, mas se distanciando dele. Retomaram-se as pastas da Educação, Saúde, Agricultura e se criaram novas outras como a do Comércio Exterior. Em sua campanha eleitoral foram feitos anúncios de modificar substancialmente nas medidas tomadas por Sánchez de Lozada.

Banzer era tido na Bolívia como um ditador com currículo que consta, de acordo com Carvalho, mortes, prisões, torturas e exílio, sem nunca ter se desculpado por isso. Laserna constata que mesmo tendo liderado um partido que contribuiu decisivamente para a consolidação da democracia, a imagem de autoritário repressor do general não havia se dissipado e para tentar mudá-la acabou demonstrando paciência e tolerância com as mobilizações sociais. Ao que indica essa manobra de tolerância foi o principal motor do aumento das manifestações, apesar de a população já mostrar descontentamento com os rumos que os governantes vinham tomando, suas ações eram limitadas pela repressão estatal. No intuito de tentar melhorar sua imagem, Banzer acabou por abrir espaço para que os movimentos sociais se organizassem de tal maneira que dobraram da administração Sanchez para a Banzer, segundo Laserna foi de 13,1 por mês para 28,4⁴⁷.

Carvalho aponta que as medidas de capitalização dos governos anteriores foram aprofundando a crise e permitiram que as empresas estrangeiras lucrassem de maneira escandalosa e os frutos do que se acreditava, a princípio, que eram benéficos e lucrativos para o país, na verdade era uma espécie de presente para o investimento estrangeiro⁴⁸. Diante desse cenário, Banzer veio a falecer e quem assumiu para a continuidade do mandato foi Jorge Quiroga Ramírez. Diante da clara revolta popular contra as ações do governo, já que era flagrante que os interesses a serem privilegiados na política de privatização não eram os da nação, o governo esboçou um projeto de

47 LASERNA, Roberto; SCHWARZBAUER, Annette. **EUROPA AMÉRICA LATINA: Análises e Informações**, N° 19. **Bolívia: movimentos sociais e problemas de governabilidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2005. p. 36.

48 CARVALHO, Ruber. *Manual de Historia de Bolivia*. Ediciones Mavarú, 2005. p. 200.

privatização dos serviço de água em Cochabamba, Laserna afirma que o último suspiro do governo chegou em abril de 2002 quando fracassou nessa tentativa de privatização da água⁴⁹.

A principal inflexão com a perspectiva de Laserna sobre o Estado boliviano se dá na afirmação de que é impossível saber de qual limite estabelecido pela debilidade do interlocutor estatal, dizendo que se tratasse apenas de um enfraquecimento económico ou político do governo, uma mudança administrativa ser o suficiente para resolver o conflito, em seguida ele afirma:

Mas se o enfraquecimento é do próprio Estado e envolve outras instituições além do governo, essa mudança é mais difícil ou se acontecer terá menos efeitos. Em tais circunstâncias, os conflitos poderiam aumentar em frequência e intensidade e os limites só seriam atingidos de forma socialmente traumática, ou seja, com uma crise mais profunda e generalizada que poderia conter doses elevadas de violência (LASERNA. 2005. p. 40.)

Ele parece esquecer que há uma questão social por trás e, mesmo com a economia ou o sistema político saudável, não é o suficiente para que a população se sinta resguardada, uma vez que eram os principais lesados com essas políticas de privatização, nas quais havia, inclusive, interferências estrangeiras nos rumos da nação. Após o fim do curto mandato de Quiroga Ramírez, quem ganhou o pleito eleitoral foi Gonzales Sánchez de Lozada, pela segunda vez. Em segundo lugar ficou o político que parecia ter entendido o espírito das reivindicações sociais, Evo Morales, mas aparentemente os interesses estrangeiros eram contra ele. Segundo uma matéria da BBC na Argentina, o chefe da política dos Estados Unidos para a América Latina, Otto Reich, reafirmou a postura do governo americano quanto à eleição do novo presidente boliviano. De acordo com Reich, a ajuda dos Estados Unidos para a Bolívia poderia ser suspensa caso Evo Morales - líder indígena que defendia o plantio de coca - seja eleito. Morales liderou grandes protestos contra o impopular, mas bem-sucedido, plano do governo americano para erradicar plantações de coca na Bolívia. Reich disse que a simples inclusão de Morales em uma coalizão de governo colocaria em risco milhões de dólares em ajuda ao país - um dos mais pobres do Ocidente. "Não acreditamos que possamos ter boas relações com alguém que sustenta esse tipo de ideais", disse o representante americano em Buenos Aires⁵⁰.

Reich sustentava que o problema com Morales era o plantio da coca, no entanto, o movimento cocaleiro, de produtores de coca, alegava que se tratava de uma proteção de suas raízes, pois a folha da coca é símbolo cultural desse país⁵¹. Mas o movimento cocaleiro ia além e

49 LASERNA, Roberto; SCHWARZBAUER, Annette. **EUROPA AMÉRICA LATINA: Análises e Informações, N° 19. Bolívia: movimentos sociais e problemas de governabilidade.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2005. p. 37.

50 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020712_boliviadi.shtml

51 SANTOS, Deise Gisleine de Souza. O MOVIMENTO COCALERO NA BOLÍVIA. Universidade Estadual de Londrina.

incorporava reivindicações sociais de maior abrangência e um discurso feroz contra as políticas neoliberais implementadas a partir do governo de Paz Estenssoro, que desencadearam nas subsequentes tentativas de privatização da água e do gás, na década de 1990⁵².

De acordo com Carvalho, Sánchez de Lozada veio com o prestígio de ter feito uma boa gestão em seu primeiro governo, no qual leis importantes foram promulgadas, tais como Participação Popular e aspectos da Saúde Materno-infantil. A capitalização, que foi bem recebida no setor empresarial e oposição mínima nos setores dos trabalhadores à época da sua primeira presidência, tempos depois acabou-se por se evidenciar que o escopo da capitalização não era o que a população pensava. As empresas estrangeiras tornaram-se proprietárias de empresas capitalizadas e empresas de gás, dos 50% que o Estado deveria receber por royalties e impostos, só chegaram a 18%⁵³. Apesar de Sánchez ter tentado contornar a situação de descontentamento da população, o clima já era de profundo mal-estar social e as ondas de choques entre a polícia e os manifestantes na Bolívia fizeram vítimas – mineradores que participavam de uma manifestação contra o governo em La Paz – elevando para mais de 50 o número de mortos⁵⁴. Ainda segunda a matéria, na terceira maior cidade do país, Cochabamba, o principal político da oposição, Evo Morales, convocou novas manifestações e barricadas em estradas; fortalecendo-se cada vez mais como líder dos movimentos que se viam inconformados com o neoliberalismo que se mostrava como a metástase da nação⁵⁵. A estratégia de livre mercado, imposta pelo Decreto 21060 e outras reformas posteriores, que é centrada nas boas relações com os Estados Unidos, provocou muitas críticas no país.

De acordo com Laserna isso seria reflexo de um esfarelamento do Estado, mas na verdade é essa revolta popular o principal sintoma de vida do Estado, pois a população dá sinais de que não está de acordo com a lógica estabelecida na Bolívia naquele instante, as revoltas não tem como demanda a destruição do Estado boliviano, mas sim que ele funcione em uma lógica que satisfaça os interesses da população. O paralelo aqui pode ser feito com um Monitor Multiparâmetro, da mesma maneira que quando o coração pulsa o monitor cardíaco mostra oscilação, a oscilação que os movimentos sociais causam no sistema mostra que a vida e a vontade de mudança existe, uma democracia sem participação popular seria uma democracia morta, um monitor cardíaco sem oscilação.

52 VIEIRA, Tiago Renato Tobias. AVANÇOS E LIMITES DO MOVIMENTO COCALERO. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. Londrina. 2010.

53 CARVALHO, Ruber. MANUAL DE HISTORIA DE BOLIVIA. Ediciones Mavarú, 2005. p. 202.

54 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/10/031016_boliviaebc.shtml

55 Idem.

Então, com pouco mais de um ano de governo, Lozada é forçado a deixar o cargo e, em 17 de outubro de 2003, Carlos Mesa Gisbert assume para enfrentar a maior mobilização que a Bolívia já teve em sua história. Segundo Carvalho 300.000 pessoas desejam uma abertura para o caminho da autonomia departamental, o que levou os poderes executivo e legislativo a chamar a primeira eleição de prefeitos, como um referendo sobre autonomias departamentais⁵⁶. Teve um governo conturbado, com muitas incertezas, isso é uma característica tão forte na sua administração que até sua renúncia se deu mais de uma vez⁵⁷. Segundo a BBC, Carlos Meza não fazia parte da classe política tradicional e teria sido elogiado por analistas políticos em março deste ano, quando o Congresso rejeitou o seu primeiro pedido de renúncia. A imagem do presidente saiu fortalecida do episódio, num momento em que manifestações de ruas e bloqueios das estradas começavam a sufocar o governo. Mesa tentou responder à principal demanda da esquerda: o aumento do uso da receita obtida com a exploração de gás natural para promover o bem-estar social. Ele enfrentou fortes interesses financeiros e aumentou os impostos cobrados das empresas estrangeiras autorizadas a explorar o gás (a Petrobrás entre elas). A medida não aplacou os protestos, com os manifestantes – a maioria deles indígenas, trabalhadores agrícolas e mineiros – exigindo a completa nacionalização do setor energético⁵⁸.

Annette Schwarzbauer completa afirmando que as ricas jazidas de gás, que deveriam ser uma bênção para Bolívia, país mais pobre da América do Sul, parecem ter-se convertido em maldição⁵⁹. Os conflitos sobre a forma de lidar com esse tesouro de matéria-prima obrigaram dois presidentes à renúncia durante o atual período governamental. No âmbito da chamada "guerra do gás" em outubro de 2003, Gonzalo Sánchez de Lozada foi forçado a renunciar e seu sucessor Carlos Mesa, sem partido, que queria resolver os problemas do país negociando com todos os grupos, com o supremo mandamento de renúncia à violência, sofreu o mesmo destino na "segunda guerra do gás" em maio/junho de 2005. Acabou renunciando à Presidência da República em 6 de junho, depois de bloqueios e protestos de alcance nacional⁶⁰. Ficou claro que as riquezas da Bolívia se converteram em maldição devido ao sistema estabelecido que sugaram os recursos da nação através das políticas do neoliberalismo, que se expressa, na Bolívia, com o decreto 21060, que deu a guinada às políticas e leis de privatização, que tanto estrangulam o Estado Boliviano. Mas a democracia é mais do que o voto ou um sistema administrativo estabelecido, também é a vontade

56 CARVALHO, Ruber. *Manual de Historia de Bolivia*. Ediciones Mavarú, 2005. p. 205.

57 *Idem*. p. 203.

58 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/06/050607_mesaperfilms.shtml

59 LASERNA, Roberto; SCHWARZBAUER, Annette. **EUROPA AMÉRICA LATINA: Análises e Informações, Nº 19. Bolívia: movimentos sociais e problemas de governabilidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2005. p. 43.

60 *Idem*. p. 42.

do povo que é detentor de todos os direitos apenas por ser povo. Dessa maneira, a população procurava avançar politicamente através das manifestações.

O FMI condicionou a obtenção de crédito à aplicação do Decreto 21060, colocando a Bolívia nesse caminho que desembocou nesse caos social, constatando a incompatibilidade do Estado boliviano com esse tipo de filosofia econômica. Claro que a preocupação desse trabalho tem raízes anteriores ao Plan Sachs, ela vem já da proposta europeia de levar “civilização” para o mundo, com a imposição de uma visão de mundo e destruição de inúmeras culturas. Então, novamente se repete tal problema na Bolívia, quando uma carta do diretor da Konrad Adenauer Stiftung anuncia aos leitores de periódico que a autodeterminação do povo boliviano é o que ele chama de “forças e desenvolvimentos antidemocráticos”, usando, como fundamentação narrativa para justificar o porquê da intervenção o texto do Roberto Laserna que vê o problema da nação não nas políticas aplicadas, mas no povo que reivindica melhores condições de vida e direcionamento dos recursos da nação para o bem da própria nação.

Em 9 de junho de 2005 Eduardo Rodríguez Veltzé, presidente da Suprema Corte de Justiça, tomou o cargo de presidente com o objeto de convocar novas eleições para um novo mandato presidencial⁶¹. Então, em 22 de janeiro de 2006, Juan Evo Morales Ayma, um dos principais líderes das manifestações que derrubaram os últimos governos, assume a presidência. Sua importância era de tal ordem que Carlos Mesa Gisbert mandou, em rede nacional, recado para ele, nominalmente; afirmando que não estava disposto a matar, se recusando a por o aparato repressor do Estado para desfazer os bloqueios.

Um pronunciamento desse demonstra que Morales já tinha sua marca registrada no imaginário de representação política e ação social. Morales por ser um ator que advém dos movimentos sociais, estava em contato com a população, seria a expressão dessa vontade no âmbito institucional. Diante do seu histórico, pode-se dizer que sua presença na presidência seria a expressão do sucesso das manifestações sociais, uma vez que encabeçava melhor que ninguém a junção da vontade popular com a práxis política. Tanto é que a harmonia social aumentou após sua ascensão à presidência, como veremos adiante. A análise se faz necessária para averiguar a conclusão das manifestações que Laserna apontava serem movimento antidemocráticos, consumidores de democracia.

61 CARVALHO, Ruber. *Manual de Historia de Bolivia*. Ediciones Mavarú, 2005. p. 206.

4. A REVOLUCIONÁRIA CONSEQUÊNCIA DA VONTADE POPULAR

O governo Evo Morales, presidente de etnia Aymará, deu uma guinada contrária às oligarquias tradicionais com sua vitória, no ano de 2006. O presidente foi eleito propondo uma maior ação frente às demandas de categorias historicamente silenciadas na Bolívia, mas não só para essas. No discurso de posse em 2006, Evo Morales preocupou-se em dizer que o governo não seria apenas para os camponeses: “[...] depois que vi muitos companheiros da cidade, irmãos da cidade [...], eu me sinto orgulhoso deles, da nossa classe média, intelectual, profissional, até empresarial”, ainda: “O último censo boliviano, realizado em 2001, informou que 62,2% da nação é formada por indígenas, aimaras, quexuas, guaranis”, disse de modo a mostrar que seu governo seria plural. Disse também: “E como pode ser que nos excluía? Como pode ser que aqui imperava o racismo? Vamos mudar, mas mudar a situação social e econômica do nosso país para atender ao povo, mas sempre dentro da democracia”.

4.1. ATUALIDADE BOLIVIANA

Hoje, o crescimento ocorrido nos governos do presidente Evo Morales, que está no poder há mais de 10 anos, pode ser chamado de “milagre econômico boliviano”, como aponta matéria da BBC Brasil⁶². Dados do Banco Mundial indicam que, em 2016, a Bolívia cresceu 4,3%⁶³, sendo seguida por Paraguai (4,1%)⁶⁴ e Peru (4%)⁶⁵. A lista segue com Colômbia (2%)⁶⁶, Chile (1,6%)⁶⁷ e Uruguai (1,5%). O desempenho foi maior, se comparado ao dos Estados Unidos, que cresceu apenas 1,5%, e com a América Latina, que teve uma retração de 0,9%. O Brasil teve retração de 3,6% no mesmo ano. Mas não só o crescimento boliviano tem sido excepcional, há de se ressaltar também que a isso se somam indicadores de inclusão social que favorecem a estabilidade, fazendo com que o governo seja para o povo. A pobreza diminuiu consideravelmente. Em 2004, 63,1% da população era pobre. Em 2015, esse índice passou a 38,6%⁶⁸. Esses dados corroboram para a desconstrução de um estigma histórico sobre povos indígenas, que são considerados como atrasados ou pouco capazes, pois é um país com maioria de povos originários e são eles que dirigem a nação, com o presidente sendo também indígena. Essa constatação também mostra os equívocos de

62 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41753995>>

63 Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/bolivia>>

64 Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/paraguay>>

65 Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/peru>>

66 Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/colombia>>

67 Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/chile>>

68 Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/bolivia>>

Laserna, não há de se fazer uma história contrafactual de suposições caso as manifestações populares não tivessem tido êxito, ou fossem freadas por serem consideradas antidemocráticas, como sugeria Hofmeister em carta. O que vale constatar é que da insatisfação popular emergiu a Bolívia com esses indicadores.

Dentro desse contexto há uma questão que não é o ponto principal da pesquisa, mas que vale ser comentada, a questão de qual seria exatamente o governo que Morales consolidou em seu país.

Em geral há duas correntes acerca do tema:

muitos autores (CASTAÑEDA, 2006; LANZARO, 2006; 2007; PANIZZA, 2006; LUNA, 2007; SELIGSON, 2007; WEYLAND, 2009) têm adotado a ideia de que a esquerda latino-americana é composta por duas grandes correntes: uma social-democrática e uma populista, todos enquadrando o MAS no segundo caso. (GUILHERME, S. R. 2013, p. 67)

Esse conceito, populismo, foi trabalhando mais acima, pois Laserna também parte dessa perspectiva e assim como antes, a postura agora também será antagonista. Não há conceitos essenciais, são frutos de construções históricas e dependem do contexto; discorrer sobre isso por si só não é o foco desse trabalho, embora faça parte do objeto, desse modo é importante usar o conceito foucaultiano de Regime de Verdade, onde um novo Regime de Verdade, pode, então, constituir o homem através (e como consequência) da criação de instrumentos técnicos, saberes inéditos e conhecimento científicos⁶⁹. Regimes de Verdade trabalham em uma dialética constante onde os contextos podem construir homens e a partir de criação de homens os conceitos podem ser recriados a partir dos homens; isso fica explícito no conceito de democracia, que surgiu na Grécia e hoje em dia seria vulgar pensar em uma democracia com escravidão declarada.

Na área de História de América essa problemática dos conceitos normalmente há de surgir quando a história da região for escrita, seria leviano falar da região sem elucidar colonizações, inclusive a do pensamento que embricam os conceitos. Importante ressaltar a postura de que os conceitos não são dotados de essência, são antes manifestações históricas que devem ser analisadas dentro do seu contexto. Pode-se supor que essa noção essencialista para com a história se dá em parte pela ausência do que Hartog chama de olhar do historiador⁷⁰, que seria o olhar crítico que é próprio do profissional da área, consequência do labor intelectual inerente a quem trabalha com ideias, conceitos e contextos. Mas essa visão essencialista não se dá apenas pela carência do público

69 SOUZA, Joelmar Fernando Cordeiro de. Regimes de verdade em Michel Foucault: aparição e gênese de um conceito. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. p. 88.

70 HARTOG, François. Evidência da história: o que os historiadores veem. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. - 1. ed., 1. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2013. p. 143.

em executar esse labor, se dá também pelos historiadores que acabam por trabalhar questões complexas com algum simplismo – seja com intuito de fazer algo mais didático, seja pela falta de rigor –. Claro que a realidade é complexa demais para ser transmitida em palavras, então qualquer escrita terá uma lacuna ou uma limitação, mas o que se tenta fazer é traduzir os acontecimentos e fenômenos através das palavras e conceitos para que fiquem pelo menos minimamente inteligíveis dentro do conceito descrito.

Feita uma breve reflexão teórica, há de se identificar o que representa o governo Morales em uma perspectiva sulamericana, para que não fique a mercê do conceito de populista. Os que conceituam-no de social-democrata têm uma tendência a lançar mão de um conceito europeu, cunhado no começo do século XX.

Na prática, usa-se para designar os movimentos socialistas que pretendem mover-se rigorosa e exclusivamente no âmbito das instituições liberal-democráticas, aceitando, dentro de certos limites, a função positiva do mercado e mesmo a propriedade privada. Renunciam assim a estabelecer, quando quer que seja, um novo céu e uma nova terra. (BOBBIO, 1998)

Há de se constatar que na América Latina há vários casos sintomáticos, que parecem absurdos aos moldes europeus, já descritos por tantos autores que só mesmo o realismo fantástico⁷¹ consegue dar conta; em meio a esse contexto de absurdos envolvendo um extenso histórico de extermínio dos povos originários na América Latina que um presidente indígena foi eleito. A posição geográfica da Bolívia tem uma simbologia interessante, ela fica no centro da América do Sul, sendo seu coração, geograficamente está ao lado de países como a Argentina, que exterminou sistematicamente as suas populações originárias; também ao lado do Brasil e do Chile, onde seus povos indígenas são tratados para além da margem da sociedade, sequer tem visibilidade social – sendo muitas vezes tutelado pelo mesmo Estado que os silencia.

Em meio a esse contexto regional que um presidente Aymará, etnia que em 1996 representava 21.02%⁷² da população boliviana; essa mesma Bolívia até pouco menos de dez anos possuía o triste dote de país mais pobre da América do Sul, sendo o único país da região que apresenta a maioria da população de povos originários, 62%⁷³ de indígenas. Esta era a realidade do país que agora desponta como país que mais cresce na região. Apesar da característica ímpar de

71 Surgiu no começo do século XX. Também conhecida pelos nomes realismo fantástico ou realismo maravilhoso, é considerada uma característica própria da literatura latino-americana. A principal particularidade desta corrente literária é fundir o universo mágico à realidade, mostrando elementos irreais ou estranhos como algo habitual e corriqueiro. Além desta característica, o realismo mágico apresenta os elementos mágicos de forma intuitiva.

72 Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bl.html>

73 Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bl.html>

representar melhor do que qualquer outro país do Cone Sul o coração da região, tendo sua maioria de povos originários, seu tabuleiro político não destoava tanto ao dos demais, composto pelas elites agrárias que assombram toda a região sul-americana.

Desde que a América espanhola alcançou a independência política, em um período iniciado em 1810 e concluído em 1825 (exceto Cuba e Porto Rico), seus distintos países tem sido governados geralmente por crioulos e mestiços, algumas vezes por mulatos. Mas somente México e Bolívia tem contado com presidentes indígenas, grupo constituído pelos grandes perdedores no processo de conquista e submetidos a status jurídicos, socioeconômicos e étnicos inferiores ao resto da população.

Quando um líder vem das camadas economicamente inferiores, como o Lula, já é uma subversão da ordem regional, quando ele vem de grupos que são dados como etnicamente inferiores o fato sobe para além do conceito de subversão. Por si só isso já rompe com uma barreira fortemente imposta na região. Poderia ser conceituada como revolução institucional tal chegada ao poder do presidente Morales, dado que as elites tradicionais perderam o controle do tabuleiro estatal. Então, com tal quebra de paradigma o arcabouço teórico eurocentrado tem como feito a diminuição do que representa a eleição de Evo Morales, pois junto às suas ferramentas analíticas vem também o contraste da sua realidade. No entanto a Europa nem de longe emula situações típicas da América Latina, na métrica deles tal feito se dá como pequeno porque as estruturas que tem na região europeia são diferentes das sul-americanas.

Marx e os marxistas ortodoxos batem na tecla do capital e dos problemas das classes econômicas, como se fossem a única coisa a se superar ou como se todos os demais fossem resolvidos após a superação dessa ordem capitalista; isso também é um problema que assola nossa região, mas está longe de ser o único. Foram obrigadas outras regiões alicerçarem na literatura o problema estrutural do racismo e do etnocídio, tendo que fazer um corte transversal na estrutura classista, que por si só já impõe várias limitações às classes menos abastadas em avanços materiais. A estrutura do racismo fomenta ainda mais a dificuldade de ação de um indígena na região latina; pois além dos problemas de classe, o indígena sofre dentro do seu contexto social a opressão racista. Esse tipo de noção se reflete na análise de Laserna várias vezes quando ele vê nas manifestações populares, de maiorias indígenas, a chance de destruição do Estado. Mesmo Marx já se encontra defasado, pois há bem mais lutas do que a de classes no mundo:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e

companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. (Marx, 1848)

É essa perspectiva que fundamenta o ímpeto revolucionário do século XX em diante, é Marx então o intelectual que determina o que é quebra de paradigma nas sociedades posteriores a ele, sendo a revolução por via armada o extremo que garante a mudança. Apesar de rico e principal fonte do ímpeto de mudança, Marx não tratou em seu manifesto sobre a luta de raças, que apesar de ter um paralelo com classes, tem questões próprias que não podem ser tratadas em segundo plano. Não há de se entender essa explanação como uma crítica ao trabalho de Marx, ele fez o que deveria fazer, trabalhou questões de sua região aos moldes da região que vivia. No entanto, trabalhar com a mesma métrica europeia para definir o que é ruptura ou extremo na nossa região é o mesmo que comparar um cachorro a um pinguim; pois se o pinguim tivesse pelos, focinho, cauda, quatro patas, latisse etc, seria o mesmo que um cachorro! São questões tão diferentes que tentar igualar elas em alguma métrica analítica acaba sendo tão infantil quanto a comparação de um cachorro com uma pinguim.

5. CONCLUSÃO

A eleição de Evo Morales por si só já poderia ser considerada uma ruptura na região e um fenômeno maior ainda se visto à luz da História da Bolívia que segue a regra dos demais países da região, onde a ordem era um Estado oligárquico que não só excluía, mas explorava os povos indígenas. O fundamento dessa exploração foi retratado em publicações de obras como *Pueblo Enfermo*, do Alcides Arguedas, que cria preconceitos fundados na teoria liberal e positivista; subtraindo a empatia para com o outro e trata-os como espécies diferentes, como animais. Laserna, apesar de não vir com preconceitos tão ultrapassados como os de *Pueblo Enfermo*, ainda traz em sua análise da região uma noção que duvida da capacidade de parte da população indígena se orientar conforme suas necessidades, como se eles não tivessem a capacidade de dizer o que é necessário para melhorar o Estado deles, ou melhor, seu regime democrático.

Então, quando um país exportador de matéria-prima se mantém com ritmo de crescimento acima da média da região, apesar da crise no preço das *commodities*, é importante ter noção com isso do real fenômeno que é o governo de Evo Morales. O governo boliviano conseguiu manter o ritmo e foi cuidadoso para não desperdiçar o dinheiro que entrou após a nacionalização do gás e do petróleo em 2006.

Importante ressaltar que não é o objetivo aqui figurar um presidente como herói da pátria ou coisa do tipo, ele é apenas a figura que representa a personalização das manifestações que Laserna via como antidemocráticas. O uso do seu nome no trabalho se dá pelo fato de que em macro-história é importante elencar personagens que podem não ser exatamente os responsáveis pelas mudanças, mas são peças fundamentais para tanto. Não são exatamente eles os executores, mas sua ausência teria como consequência a ausência também de mudanças. Se não fosse assim, o outro caminho para a produção da macro-história seria elencar cada personagem da história, seguindo o caminho que Giovanni Levi apontou em palestra na Universidade de Brasília para uma história total, que seria a junção das micro-histórias.

Em contatação do que tem-se do desdobramento das manifestações que tanto derrubaram presidentes até então, depois da Constituição de 2009, Evo teve que lidar com uma questão que seria o contraste da sua perspectiva de mundo alicerçada na Carta Magna do seu país e a perspectiva do mundo ocidental estabelecido em si. A nova Constituição estabelece uma relação entre o homem e a natureza, esta última não mais como polo passivo na relação com a sociedade como ocidentalmente é tratada, mas como agente fundamental na construção da nova sociedade boliviana.

É como se a visão da Constituição de 2009 fosse um pé do país e a sociedade ocidental fosse outro, Evo então teve que aprender a andar com os dois, pois manca, a sociedade tenderia a ficar em atraso frente às demais e não atenderia às demandas de sua população, como aponta Álvaro García Linera, em Socialismo Comunitário:

tienes que caminar con los dos pies: expandir como política de Estado la protección del medio ambiente, el uso sostenible de la naturaleza, pero a la vez necesitas producir en gran escala, implementar procesos de industrialización expansiva que te habiliten excedente social para su redistribución y para el apoyo a otros procesos de modernización campesina, comunitaria y artesanal.” (LINERA, 2010, p. 158)

Já em 2006 Evo Morales decretou a nacionalização dos hidrocarbonetos, então não só a economia boliviana entrou em uma nova era, mas também a atuação estatal na vida da sociedade. No que diz respeito à economia houve a transferência de empresas privadas para as mãos do Estado e também a renegociação de contratos com empresas estrangeiras que continuaram operando no país; isso mostra como é possível conciliar a economia com os interesses da sociedade e não apenas priorizá-la em detrimento do próprio povo, como costumeiramente acontecia, Laserna via perigo em manifestações que tinham demandas assim.

A YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) petrolífera estatal boliviana, nesse mesmo ritmo da nacionalização de seus recursos uma dezena de multinacionais assinaram novos contratos com a estatal, concordando em pagar uma taxa de entre 50% e 85% sobre o valor da produção, entre outras coisas. Então ao passo que o pé do processo de industrialização caminhava, o de valorização da natureza vinha logo em seguida. É lúcido enfatizar que valorizar recursos não é parar de usá-los tornando-os sagrados, isso é inviável, até porque recursos parados tendem ao desperdício, o mais prudente a se fazer é racionalizá-los. Seguindo a etimologia da palavra, usá-los de maneira mais racional e não de maneira sem pensar no amanhã.

O sistema capitalista, apesar das inúmeras críticas, não falhou como um todo, se assim o fosse, não existiria. Ela tem seus defeitos, o que Evo faz é tentar sanar, na medida do possível, sua lógica mais perversa e levar consigo o que ela tem a oferecer de útil a sua população. Ruim seria se ele colocasse toda uma nação em risco de modo a satisfazer uma ambição própria, ou de poucos, em uma jornada sem rumo de modo a superar o capitalismo – como muitos esperam que ele faça, sejam à direita e à esquerda do espectro político.

Esquecendo o que já foi dito aqui muitos poderiam apontar a atitude do presidente Evo Morales como uma conciliação, mas no contexto regional esse concílio já é um ato revolucionário. Esse tipo de pensamento se dá por conta de uma mente colonizada onde tem como referência

questões fora da região e não conseguem enxergar os contrastes da própria realidade. Novamente simplificando com exemplo para ficar mais lúcida essa noção, é como um jovem negro de periferia terminado um curso no nível superior de uma universidade pública, seu caso não é só mais um, sua atitude já é um ato revolucionário, pois subverte a ordem, uma vez que é incomum jovens de periferia em universidades públicas. Embora a conclusão de um nível superior em uma universidade pública possa ser algo bastante comum dentre as classes mais abastadas, não vale a mesma noção para o jovem negro da periferia, o caso dele não é só mais um, é extraordinário. Como Spinoza postula “todas as grandes coisas são difíceis ou raras”; não haveria de haver problemas com a afirmação de que Evo Morales foi um reformista, o problema é que esse conceito vem imbricado de uma acepção que diminui os últimos feitos da Bolívia do Século XXI, a ruptura que ocorreu no país a partir de 2006 é algo tão forte quanto as revoluções europeias, não há de se cobrar a estética da violência em tal processo, pois a região por si só já é violenta e derruba uma quantidade imensurável de sangue há várias décadas, superando número de mortes nas regiões em guerras.

A nação que foi historicamente explorada por oligarquias onde os estrangeiros usufruíram mais das riquezas nacionais do que seu próprio povo passou a ser um país com investimento planejado, nas palavras de um porta-voz do Fundo Monetário Internacional, em entrevista à BBC: "Nos últimos 14 anos, o crescimento econômico foi impulsionado principalmente pela explosão dos preços das matérias-primas, pelo aumento de impostos, pelos significativos investimentos públicos e pelo alto gasto em políticas sociais. Durante a explosão das *commodities*, a pobreza diminuiu e o governo sabiamente guardou uma parte dos recursos, construindo uma grande reserva financeira". Essa poupança passou de US\$ 700 milhões para US\$ 20 bilhões, o que permitiu ao governo absorver o impacto da queda nos preços a partir de 2014.

O que parece só um dado econômico é na verdade o lado oposto do que iria passar o país na crise de 2014 se tivesse seguido a mesma lógica oligárquica de sempre; o povo já sofrido amargaria bem mais com as mazelas de suas elites tradicionais.

5. BIBLIOGRAFIA

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o Giro Decolonial**. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2013, n.11, pp.89-117. ISSN 0103-3352.

BENJAMIN, Walter. **As Teses sobre o Conceito de História**. In: *Obras Escolhidas*, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

CARVALHO, Ruber. **Manual de Historia de Bolivia**. Ediciones Mavarú, 2005.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais**. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de Sequeira Magalhães, Brasília: Edunb, 2000.

GUZMAN, Augusto. **Historia de Bolivia**. Los Amigos Del Libro. Bolívia, 1998.

GUMUCIO, Mariano Baptista. **Breve Historia Contemporânea de Bolivia**. Fondo de Cultura Economia. México, 1996.

AREND, Silvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. **Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso**. Tempo e Argumento [Online], 2009, p. 201 - 216.

MARX, Karl – ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª. Ed. Colectivo das Edições «Avante!», Lisboa, 1997.

KLEIN, Hebert S. **Historia de Bolivia**. Librería Editorial Juventud La Paz - Bolívia.

LINERA, A. G. **Socialismo Comunitário: Un horizonte de época**. 2ª. ed. La Paz: Vicepresidencia del Estado, Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2015.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Transdisciplinaridade e Decolonialidade**. In Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

REIS, Guilherme Simões. **A Social-Democracua do MAS Boliviano**. *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA* V. 21, Nº 48: 67-83 DEZ. 2013.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. **Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes**. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 205-272.

SPINOZA, Beneditus de. **ÉTICA**; [tradução de Tomaz Tadeu]. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.